



Partido amplia candidaturas

O PT terá, no primeiro turno das eleições deste ano, 65% mais candidatos a prefeito que nas eleições de 2000. São 2.200 candidaturas, contra 1.326 há quatro anos. O partido também está apoiando um número maior de aliados: 2.400, contra 1.416 nas eleições municipais passadas.

O balanço de candidatos e coligações demonstra que o PT está organizado nacionalmente e com presença política em quase todo o território brasileiro, conforme aponta a resolução sobre as eleições, aprovada pelo Diretório Nacional no dia 24 de julho.

"Participaremos da eleição majoritária em todos os 95 municípios com mais de 150 mil eleitores", anunciou o coordenador-geral do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) nacional, Sílvio Pereira.

O número de candidatos a vereador pelo PT também aumentou: são 33 mil hoje, contra 25,3 mil há quatro anos.

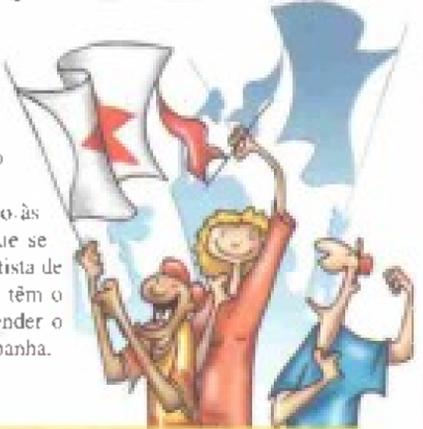
O apoio de partidos aliados ao PT cresceu 64% nos 95 maiores municípios — de

183 apoios, em 2000, para 300 hoje. O maior aliado petista é o PCdoB, que em 2000 apoiou o PT em 43 municípios com mais de 150 mil eleitores e agora está apoiando em 53 cidades.

"Costuramos uma aliança que prioriza os partidos à esquerda. A ampliação das coligações com os partidos de

centro foi no sentido de eles apoiarem o nosso projeto", avaliou o presidente nacional do partido, José Genoíno.

Além de dar apoio às propostas petistas, que se baseiam no "mudo petista de governar", os aliados têm o compromisso de defender o governo Lula na campanha.



APOIOS AO PT

Partido	2000	2004
PCdoB	43	53
PTB	2	22
PL	3	20
PSB	2*	19
PV	15	16
PPS	12	12
PDT	11	10
PMDB	5	7
PP	0	3
PSDB	1	2
PFL	0	3

APOIOS DO PT

Partido	2000	2004
PPS	4	4
PDT	7	4
PSB	6	3
PL	0	3
PCdoB	2	2
PMDB	3	1
PTB	1	1
PV	1	0
TOTAL	24	18

Obs: 1) principais dentro; 2) nos municípios com mais de 150 mil eleitores

CANDIDATURAS E COLIGAÇÕES DO PT NOS 95 MAIORES MUNICÍPIOS

UF	Município	Prefeito	Partido	Vice	Partido	Coligação
AP	Macapá	João Henrique	PT	Euri Fanas	PCdoB	PT/PCdoB/PV/PCB
GO	Goiânia	Petro Wilson	PT	Isael Oliveira	PTB	PTB/PCdoB/PTdoB/PAN/PCB
MG	B. Horizonte	Fernando Pimentel	PT	Rinaldo Vasconcelos	PTB	PCdoB/PCB/PPS/PTN/PRP/PTB/PL/PTdoB/PT
PA	Belém	Ana Júlia	PT	Avelina Heskeln	PL	PT/PSB/PCdoB/PL
PE	Recife	João Paulo	PT	Luciano Siqueira	PCdoB	PCdoB/PCB/PSB/PSL/PTdoB/PRP/PTC/PAN/PT
RS	Porto Alegre	Raul Pont	PT	Maria do Rosário	PT	PT/PCdoB/PCB/PL/PSL/PMN/PPN
SE	Aracaju	Marcelo Déda	PT	Eduardo Nogueira	PCdoB	PT/PCdoB/PSB
SP	São Paulo	Marta Suplicy	PT	Rui Falcão	PT	PCdoB/PTB/PL/PRP/PSL/PTN/PT
AC	Rio Branco	Raimundo Angelim Vasconcelos	PT	Eduardo Farias	PCdoB	PT/PCdoB/PSB/PMN/PV/PSDC/PTdoB/PRTB
AL	Maceió	Albérico Sexta-feira	PSB	José Roberto	PT	PSB/PT/PCdoB/PV/PHS/PAN/PSDC/PTdoB/PTN/PSB
AM	Mauá	Vanessa Graziotin	PCdoB	Humberto Michiles	PL	PT/PCdoB/PL
BA	Salvador	Nelson Pellegrino	PT	Javier Alfaya	PCdoB	PCdoB/PV/PT
CE	Fortaleza	Luiziane Lins	PT	José Carlos Veneranda	PSB	PT/PSB
ES	Vitória	João Coser	PT	Balanni	PSB	PDT/PCdoB/PAN/PHS/PV/PSL/PSB/PT
MA	São Luís	Helená Heluj	PT	James Salustiano	PT	
MS	Campo Grande	Vander Loubet	PT	Fabio Renato	PP	PCdoB/PP/PMN/PT
MT	Cuiabá	Alexandre César	PT	Alencar Fanna	PL	PCdoB/PL/PT
PB	João Pessoa	Avanzoar Aruda	PT	Edvan Carneiro	PSDC	PT/PSDC
PI	Teresina	Flora Izabel	PT	Pastor Jessivaldo de Carva ho	PSL	PT/PSL/PMN/PCB
PR	Cumbá	Angelo Vanhoni	PT	Nizan Pereira	PMDB	PT/PCdoB/PMDB/PCB/PTB/PSC
RJ	Rio de Janeiro	Jorge Bittar	PT	Martha Rocha	PSB	PTB/PSB
RN	Natal	Fátima Bezerra	PT	Adelmaro Cavalcante	PT	PT/PTdoB/PCB
RO	Porto Velho	Roberto Sobrinho	PT	Cláudia Carvalho	PCdoB	PT/PCdoB/PCB
RR	Boa Vista	Teresa Juca	PPS	Iradilson Sampaio	PCdoB	PPS/PT/PCdoB/PMDB/PTB/PV/PTC/PMN
SC	Florianópolis	Afrânio Bopré	PT	Nildomar Freire Santos	PCdoB	PT/PCdoB/PL
TO	Palmas	Raul Filho	PT	Derval de Paiva	PMDB	PMDB/PDT/PPS/PCdoB/PSB
BA	V. Conquista	Zé Ramundo	PT	Gilzete Moreira	PSB	PCdoB/PSB/PV/PAN/PRP/PT
MG	Gov. Valadares	João Domingos Fassaíela	PT	Pastor José Correia	PP	PV/PPS/PDT/PCB/PCdoB/PHS/PP/PL PRONA/PSL/PMN/PTdoB/PTN/PTC
MG	Ipatinga	Jcão Magno Moura	PT	Valter Antonio de Oliveira	PV	PCdoB/PV/PPS/PL/PTB/PT
PB	C. Grande	Cezete Barbosa	PT	Dallon Gadelha	PHS	PT/PHS/PCdoB/PAN/PTdoB/PRP
PR	Londrina	Nedson Luiz Micheletti	PT	Luis Henrique	PT	PT/PCdoB/PCB/PTN/PAN/PL/PHS/PSC
PR	Maringá	Jcão Ivo Caleffi	PT	Pastor Rubem	PT	PT/PHS/PCdoB
PR	Ponta Grossa	Pericles de Halleben Mello	PT	Herculano Lisboa	PMDB	PT/PMDB/PTB/PDT/PSB/PCdoB/PSL/PTN/PTdoB/FRTB/PV/PMN
RJ	Niterói	Godofredo Pinto	PT	Conte Bittencourt	PPS	PT/PCdoB/PSB/PPS/PRONA/PTdoB/PHS/PHP/PTB/PCB/PV/PFL
RS	Caxias do Sul	Marisa Farnulo	PT	Mário Graziotin	PT	PT/PMN
RS	Gravataí	Sérgio Stasinski	PT	Décio Vicente Becker	PL	PT/PL
RS	Pelotas	Fernando Marroni	PT	Pastor Aaelar Bayer	PL	PT/PL/PCdoB
RS	Santa Maria	Antonio Valdecir de Oliveira	PT	Verne Rentel	PT	PT/PCdoB/PCB/PAN/PTdoB/PRP
SC	Blumenau	Edson Adriano	PT	Paulo Roberto Tessalon França	PMDB	PT/PMDB/PAN/PCdoB/PCB/PSDC/PMN/PSB/PDT/PTB
SP	Campinas	Luciano Zca	PT	Sônia Moraes	PT	PCdoB/PCB/PV/PT
SP	Diadema	José de Filippi Junior	PT	Jac. Fonseca	PT	PCdoB/PT
SP	Franca	Cassiano Pimentel	PT	Ademir Marini	PMN	PCdoB/PHS/PMN/PT
SP	Guarulhos	Elói Pieta	PT	Enedei Lima	PT	PCB/PCdoB/PSL/PL/PTC/PRP
SP	Mauá	Marcio Chaves Pires	PT	Helcio Silva	PT	PMDB/PCdoB/PTB/PSL/PDT/PTN/PMN/PCB/PRP/PTC
SP	Piracicaba	José Machado	PT	Juan Moreno Seoastanes	PV	PV/PT
SP	Ribeirão Preto	Gilberto Maggione	PT	Joaquim Resende	PV	PCdoB/PCB/PTB/PV/PT
SP	Sarjot André	Jcão Avamileno	PT	Ivete Garcia	PT	PCdoB/PV/PCB/PT
BA	F. Santana	Zé Neto	PT	Ivanilde Santa Bárbara	PT	PCdoB/PT
ES	Catiacoca	Heider Salomão	PT	Célio Capila	PSB	PCdoB/PSB/PTN/PT
ES	Serra	Audifax Barcelos	PDT	Sargento Valter	PSB	PDT/PSB/PL/PCdoB/PTB/PFL/PSDC/PSL/PAN/PRP/PT
ES	Vila Velha	Max Freitas Filho	PDT	Mauncio Gorza	PSB	PDT/PCdoB/PMDB/PSB/PL/PTC/PP/PTN/PT
GO	Arápolis	Rubens Ottoni	PT	Zé Viera	PSDB	PT/PSDB/PCdoB/PL/PHS/PAN/PPS/PTB
GO	A. Goiânia	Cairo Lousada	PPS	Amarido	PT	PT/PPS/PV
MG	Belém	Maria do Carmo Lara	PT	Pastor Edvan	PRTB	PHS/PL/PTB/PCdoB/PTB
MG	Contagem	Marília Campos	PT	Augustinho Silveira	PL	PCdoB/PL/PSB/PTN/PT
MG	Juiz de Fora	João Vitor	PSS	Marlys Chagas	PT	PT/PPS
MG	Montes Claros	Almos Avelino Pereira	PSS	Sued Botelho	PT	PT/PPS/PCdoB/PSB
MG	Uberaba	Anoerson Aduato	PL	José Elias	PMDB	PT/PL/PMDB/PTB/PP/PMN/PRP/PTdoB/PCdoB/PCO/PTN
MG	Uberlândia	Gilmair Machado	PT	Fernando Moraes	PSB	PT/PCdoB/PSB/PHS
PA	Ananindeua	Luis Cláudio Queiroz de Freitas	PT	Jéferson Duarte	PT	
PA	Santarém	Maria do Carmo Manir's Lima	PT	Delano Riker Teles de Menezes	PDT	PT/PDT/PCdoB/PSB/PPS
PE	Caruaru	João Lyra	PT	Volney Queiroz	PDT	PT/PDT/PTB/PL/PMN/PSB/PRP
PE	Jaboatão	Paulo Rubem Santiago	PT	Solange Linc	PTB	PT/PTB/PCB/PPS
PE	Olinda	Luciana Santos	PCdoB	Paulo Valença	PT	PCdoB/PP/PDT/PHS/PL/PTN/PCB/PT
PE	Paulista	Sérgio Leite	PT	Oliveira Neto	PDT	PDT/PT/PTB/PTN/PTC/PCB/PAN/PTdoB
PR	Cascável	Edgar Bueno	PDT	Seri Flores	PT	PT/PDT/PMN
PR	Foz do Iguaçu	Paulo Mc Donalds	PDT	Dilton Vitorassi	PT	PDT/PT/PHS/PV
RJ	Belford Roxo	Alcides Roim	PL	Algacir	PSDB	PT/PL/PSL/PSDB/PTdoB/PRP/PTC/PTN/PSB
RJ	Campos	Makhouf Mussalen	PT	Hugo Diriz	PT	
RJ	D. Caxiás	Alexandre Cardoso	PSB	Edna Maia	PT	PT/PSB
RJ	Nova Iguaçu	Linberg Farias	PT	Itamar Serpa	PSDB	PSDB/PSB/PCdoB/PFL/PT
RJ	Petrópolis	Paulo Mustrangli	PT	Paulo Roberto Lisboa	PT	PT/PCB
RJ	São Gonçalo	Henry Chafes	PTB	Dornício Mascarenhas	PT	PTB/PT/PP/PPS/PCdoB/PL/PHS
RJ	S.J. Meriti	Jorge Florêncio	PT	Pro'washinton Luis	PCB	PT/PCB
RJ	Volta Redonda	Cida Diogo	PT	Cardoso	PL	PL/PPS/PT/PTB/PTdoB
RS	Canoas	Marcio Maia	PT	Marina Leal	PT	PT/PCdoB
RS	N. Hamburgo	Tarcisio Ziemmann	PT	Jurema Gutierrez	PT	
SC	Joinville	Carilo Merss	PT	Erg. Rogênio Navaes	PDT	PT/PDT/PCdoB/PV
SP	Bananal	Baillazar Rosa	PT	Ronaldo Araujo	PT	
SP	Bauri	Estala Almagro	PT	Pastor Marco	PSL	PT/PTB/PSL/PHS/PTN
SP	Carapicuíba	Sergio Ribeiro	PT	Raul Amari	PL	PL/PHS/PTN/PCdoB/PCB/PRONA/PSDC
SP	Guarujá	Nelson Fernandes	PT	Maria Antonieta	PT	PCB/PT
SP	Jundiaí	Pedro Bigardi	PT	Evandro Oliveira Santos	PDT	PMN/PCdoB/PRTB/PL/PMDB
SP	Limeira	Wilson Nunes Carqueira	PT	Marco Aurélio Júnior	PSB	PSB/PT
SP	M. Cruzes	Luis Carlos Gondim Teixeira	PL	Roberto Luiz dos Reis Zanetta	PTB	PL/PT/PMDB/PTB
SP	Osasco	Emidio De Souza	PT	Dr. Cury	PTB	PT/PTB/PL/PPS/PCB/PCdoB/PTN
SP	Santos	Teima de Souza	PT	Publico Greco	PV	PCdoB/PCB/PMN/PV/PT
SP	S. B. Campo	Vicentinho	PT	Tonico Vieira	PMDB	PMDB/PTB/PCdoB
SP	S.J. Rio Preto	Eduardo Niccolau	PT	Bethy Rocha	PT	
SP	S.J. Campos	Carinhos de Almeida	PT	Dr. Tarcisio Rosa	PTB	PTB/PRP/PSDC/PP/PCdoB/PFL/PTdoB/PSL/PMN/PTC
SP	São Vicente	Brito Coelho	PT	Moza1 Pereira Vieira	PT	PCB/PT
SP	Sorocaba	Gabriel Blancourt	PT	Paulo Fleury	PTB	PCdoB/PTB/PMN/PT
SP	Suzano	Marcelo Candido	PT	Mauro Vaz	PCdoB	PT/PCdoB/PPS/PMN
SP	T. Serra	D. Evalasio Fanas	PSB	Prof. Marcia	PT	PT/PSB/PMDB/PCdoB/PDT/PP/PL/PRTB/PSL/PL/PV/PTN/PSDC/PHS/PAN
SP	Taubaté	Mano Ortiz	PMDB	Salvador Curie	PT	PMDB/PT/PL/PFL/PRP/PSB/PSL/PCdoB/PPS/PTC/PAN/PTdoB

PT está na frente nas grandes cidades

Levantamento realizado pelo GTE nacional, com base em pesquisas internas ou encomendadas por terceiros, aponta que o PT tem grandes chances de ir para o segundo turno em pelo menos 40% dos municípios com mais de 150 mil eleitores. Das 95 cidades deste porte, o PT está em primeiro ou em segundo lugar nas pesquisas em 37.

O PSDB, por sua vez, tem 29 municípios nesta situação, e o PMDB, 19. Em seguida estão PDT (11), PSB (11), PPS (11), PP (10), PTB (7), PP (6), PV (6), PL (6), PCdoB (2) e PSL (1).

Novas pesquisas anunciadas em algumas das principais capitais do país também apontam para a vantagem do PT. Segundo o Ibope de julho, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, subiu sete pontos, enquanto seu principal adversário, José Serra (PSDB), caiu seis. Marta tem 23%, Serra tem 24% e Paulo Maluf (PP), 18%. Considerando a margem de erro de quatro pontos, os três estão em empate técnico.

Em Recife, pesquisa Ibope de julho mostra que o pre-

feito petista João Paulo subiu 10 pontos percentuais em relação à pesquisa anterior, de junho. Ele passou de 24% para 34% das intenções. Seu principal adversário, Carlos Eduardo Cadoca (PMDB), caiu de 32% para 30%. Como a pesquisa tem margem de erro de 4,9 pontos, ambos estão em empate técnico.

Em Belo Horizonte, o prefeito petista, Fernando Pimentel, está em primeiro lugar (33%), empatado tecnicamente com João Leite (PSB), que tem 35%. A margem de erro é de 4,9 pontos percentuais.

O PT também está na frente em Curitiba. O candidato petista Ângelo Vanhoni tem 26% das intenções, contra 22% de seu principal adversário, o tucano Beto Richa. Como a margem de erro é de 4,9 pontos percentuais, ambos estão empatados tecnicamente na primeira posição.

Em Rio Branco, a primeira sondagem do Ibope mostra o petista Raimundo Angelim com 28% das intenções, em situação de empate técnico com Márcio Bittar (PPS), que tem 31%. A margem de erro também é de 4,9 pontos.

DN discute tarefa central do governo

O Diretório Nacional do PT aprovou, no dia 24 de julho, uma resolução sobre conjuntura nacional e sobre as tarefas do partido a partir de agora. A resolução defende o aperfeiçoamento dos mecanismos do Estado para orientar políticas de desenvolvimento no sentido de consolidar a retomada do crescimento e da geração de empregos.

Esta é, para o Diretório Nacional, a tarefa central do governo, do Congresso, da sociedade, do PT e dos partidos aliados, após uma política eficaz que permitiu ao país alcançar a estabilidade e iniciar o crescimento.

sam trazer para o centro da discussão política o debate sobre os rumos do desenvolvimento, dando visibilidade à mudança de agenda e da conjuntura", afirma o documento. A íntegra está disponível nas págs. 4 e 5.

O documento defende, ainda, que o governo e o PT se empenhem na consolidação da maioria no Congresso, para manter a boa governabilidade.



ENTREVISTA

“Alianças e programas são de centro-esquerda”

O presidente nacional do PT, José Genoíno, avalia que o arco de alianças fechado pelo PT nacionalmente é exitoso e deve ser consolidado na passagem para o segundo turno. “O conteúdo das alianças é de centro-esquerda, o programa é de centro-esquerda e a composição das chapas privilegia, em primeiro lugar, o fortalecimento do PT e os partidos progressistas”, disse.

Segundo ele, o partido tem, hoje, uma estrutura melhor, e seu grau de mobilização política eleitoral é maior que em 2000. “Temos uma base social muito grande. Quando essa base entrar em ação, vai fazer diferença”, disse. Além da tradicional garra petista, o presidente lembra que esta eleição, mais do que qualquer outra, exigirá argumentos e informações por parte da militância.

Qual é a avaliação que o sr. faz das alianças que o PT fechou?

O PT preparou bem o time para entrar em campo e ganhar as eleições. Mobilizamos o partido nacionalmente e escolhemos bons candidatos e candidatas. Costuramos uma aliança que prioriza os partidos à esquerda. Estamos com o PCdoB em 16 capitais; com o PSB, em seis; com o PPS, também em seis — principalmente o PPS ligado ao Ciro Gomes; mesmo com o PDT, que está na oposição no governo federal, temos 10 alianças. A ampliação das coligações com os partidos de centro foi no sentido de eles apoiarem o PT e o nosso projeto. O conteúdo da aliança é de centro-esquerda, o programa é de centro-esquerda e a composição das chapas privilegia, em primeiro lugar, o fortalecimento do PT e os partidos progressistas. Para fechar as alianças, tivemos dois objetivos principais: disputar o poder local com propostas que o PT acumulou nos seus 24 anos que é o modo petista de governar — e manter o compromisso inegociável, com os partidos aliados, de defender o governo Lula na campanha. Agora temos que cuidar para consolidar o êxito das coligações na passagem para o segundo turno.

A quase ausência do PMDB apoiando o PT nas capitais frustra a direção nacional?

Não, porque o eixo das alianças com o PMDB vai acontecer no segundo turno. Nós temos duas capitais em que o PMDB apoiou o PT e indicou o vice (Palmas e Curitiba),



Para Genoíno, o partido tem de trabalhar para repetir o êxito das alianças no 2º turno

ba), e temos muitas cidades médias e pequenas onde o PMDB está apoiando o PT.

O que dizer das alianças fechadas com o PFL e o PSDB?

Com o PSDB não tem novidade, porque o PT sempre abriu exceções ao PSDB. O exemplo mais claro foi em 1998, no Acre, quando o PSDB foi vice do Jorge Viana. Em relação ao PFL, não há aliança de chapa majoritária, de participação no governo. O que está acontecendo é que, em três cidades de visibilidade, o PFL apoiou o PT por interesses eleitorais locais, sem nenhuma aliança de programa nem de governo.

Com base em pesquisas internas do partido, quais as expectativas do PT para essas eleições?

Se levarmos em conta as pesquisas de hoje, o PT tem chance de ser vitorioso nos grandes centros a partir de 150 mil eleitores. Acho que o clima eleitoral mudou qualitativamente com a situação econômica do país. Temos uma base militante, uma base social muito grande, que aumentou. Quando essa base entrar em ação, vai fazer diferença. Portanto, o PT está em 1º lugar em muitas cidades; está em 2º lugar, perto do 1º, em várias cidades; e está em 3º, mas também muito perto do 1º, em outras. Nós temos dois meses e meio para fazer a campanha deslançar. Minha visão é de um otimismo realista. Temos que ir para a eleição para ganhar. Vai ser uma disputa dura. Não é porque estamos no governo federal que vamos ganhar automaticamente. Eu acho que dá para potencializar o clima político em que o país vive e as experiências administrativas do PT. Acho que teremos, em termos

de votação nominal, a maior votação da história do PT, considerando que estamos estruturados em 5.300 municípios. Teremos candidato a vereador na quase totalidade deles e temos boas candidaturas majoritárias. A estrutura do PT, hoje, para disputar eleição está melhor que em 2000 e 2002. O PT cresceu a partir da base e não mudou sua identidade. São poucos os candidatos de filiação recente — a maioria tem experiência, perfil, história. Temos todas as condições para um grande desempenho.

A federalização da pauta de campanha beneficia o partido?

A eleição é municipal, os temas são municipais, o critério é municipal, e o que vai mover o eleitor são critérios e propostas municipais. Para isso, o PT não pode morder a isca. Temos um acúmulo de 24 anos de projetos aprovados inclusive internacionalmente. O PT tem marcas que viraram até universais. Temos que centrar neste modo petista de governar. Também temos que estar preparados para fazer o debate nacional. Ele vai permear a eleição, mas não vai decidir. O PT estará muito à vontade no debate nacional. Primeiro, por causa da situação que o país vive; segundo, porque o PT vai ter argumentos e informações para fazer o debate; terceiro, porque somos um partido nacional e nunca deixamos de fazer este debate.

A eleição do PT nas cidades estratégicas é determinante para 2006?

Não. A eleição de 2004 tem influência, mas ela é muito importante para fazer com que as mudanças que estão ocorrendo no Brasil aconteçam também nos municípios.

O PT tem que considerar como estratégico o poder local, que tem autonomia própria e não pode ser um apêndice da disputa nacional. A vitória do PT e dos partidos aliados sinaliza que o governo Lula tem — e está consolidando — maioria na sociedade. Com relação à repercussão em relação a 2006, acho que, quando somos governo, o tempo conta em outro ritmo. É cedo para fazer essa ligação.

Qual é o tipo de ajuda que o PT nacional vai dar aos municípios?

Já estamos ajudando com a informatização dos diretórios, com as publicações (manuais e cartilhas de orientação para candidatos), com as formações organizadas sobre o governo, sobre o PT. Vamos ajudar com a viagem dos dirigentes nacionais e com promoções com nomes conhecidos do partido. Vamos, portanto, fazer uma mobilização política. O partido tem que continuar com sua tradição de fazer campanha apoiando-se nos próprios recursos locais. A nossa ajuda será política e será uma parceria do ponto de vista de iniciativas que podem ser traduzidas, dependendo da iniciativa local, em infra-estrutura e apoio material.

Não haverá ajuda financeira?

Não temos um caixa nacional para ficar distribuindo ajuda aos municípios. O que vamos fazer com o comitê de finanças nacional e os comitês estaduais são promoções, atividades, jantares, eventos para ajudar a levantar recursos para as campanhas. As candidaturas não podem ficar na dependência paternalista de achar que a direção nacional vai viabilizar materialmente uma campanha do porte desta de 2004.

OPINIÃO

O compromisso social do PT

José Genoíno*

O PT construiu, ao longo de sua história, um compromisso irrenunciável com a instituição de direitos sociais e com a luta pela inclusão social. Ao dirigir muitas prefeituras, esse compromisso foi confirmado de forma prática, através de muitos projetos de garantia de direitos e de inclusão social. A política social do PT, nas prefeituras, se transformou em paradigma de excelência e parâmetro da política social para outras administrações brasileiras e estrangeiras. A política social que o PT implementa em administrações constitui a face mais visível de seu caráter transformador, progressista e de esquerda, significando um comprometimento programático com os interesses dos setores menos favorecidos e mais necessitados da sociedade.

Ao chegar ao governo federal, o PT tem uma oportunidade ímpar de promover as grandes transformações sociais, vinculadas aos reclamos históricos por uma sociedade justa e equitativa, pela superação da pobreza e pela distribuição de renda e riqueza. O governo Lula, em um ano e meio de gestão, avançou muito na política social do Brasil, tanto em termos de aporte de recursos para as áreas sociais e para as políticas distributivas, quanto em termos de programas e projetos inovadores, com destaque para o Bolsa-Família e para o Fome Zero. Mas é preciso avançar mais. A política social do governo, junto com o desenvolvimento e o emprego, deve constituir-se na sua principal marca, naquilo que o caracteriza efetivamente, traduzindo para a opinião pública e para a sociedade o seu caráter inovador, transformador e progressista.

O Brasil e a América Latina sofreram, ao longo dos anos 90, no processo das reformas liberais, um movimento de desconstituição e recuo na garantia de direitos sociais. Cabe agora reverter esse processo, a partir do assento de duas concepções: 1) a garantia de direitos sociais universais básicos deve ser entendida no âmbito da garantia dos Direitos Humanos enquanto tais; 2) a garantia de direitos sociais é parte constitutiva da efetivação de condições adequadas para o desenvolvimento econômico e social. Quanto ao primeiro ponto, com efeito, se os indivíduos não tiverem garantidas condições materiais mínimas adequadas para a existência de uma vida digna, não serão capazes de garantir seus direitos fundamen-

tais e seus direitos constitucionalizados. Somente a garantia de direitos sociais básicos estabelece uma forma pertinente de condições materiais de existência.

Quanto ao segundo ponto, é preciso entender que, no mundo contemporâneo, o suporte, aos indivíduos, de condições materiais, educacionais, de saúde e de qualificação são constitutivos das condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social. O avanço da humanidade para a sociedade de informação estabelece exigências imperativas quanto à garantia dessas condições necessárias para o desenvolvimento de países e para o bem-estar de povos. Neste sentido, é preciso afirmar, hoje, um movimento contrário ao da globalização hegemônica, que aumenta a pobreza e precariza as condições de existência humana. Um outro modelo de globalização deve partir do pressuposto da universalização da cidadania através da garantia de direitos.

Diante deste quadro, o PT reafirma seu compromisso com os direitos sociais universais básicos, com destaque para a educação e a saúde. Entende que a garantia de verbas orçamentárias constitucionalmente vinculadas é a forma mais segura de proteger a efetividade desses direitos. Não se nega, com isso, a necessidade de melhorar o gasto público nessas áreas e de promover alguns ajustes para efetivar com mais eficácia a aplicação desses recursos. Mas não se pode, em nome dessa exigência de melhoria gerencial, atacar o princípio da garantia das verbas constitucionalizadas.

Na área das relações trabalhistas, o PT também reconhece a necessidade de se processar uma reforma para adaptá-las às mudanças tecnológicas e às implicações da globalização. Mas a reforma deve ser feita com a preservação e garantia de alguns direitos trabalhistas básicos. O PT considera, por exemplo, que a garantia de férias remuneradas, o décimo terceiro salário, o descanso semanal, o FGTS e a licença maternidade constituem um rol de direitos inegociáveis. Quanto aos demais pontos, implicados na reforma trabalhista, entendemos que governo, representantes de trabalhadores e representantes dos empregadores devem constituir uma mesa de negociações para consensuar uma proposta ou pontos de uma proposta a ser enviada para o Congresso Nacional.

* presidente nacional do PT

Assinatura anual: R\$ 50,00

Não, eu não quero assinar o

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
CEP 04117-091 - São Paulo - SP
Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Marcelo Sereno

EDIÇÃO
Priscila Lamberti - MTb 31085

REDAÇÃO
Claudio Cesar Xavier, Juliana Pereira da Silva (estagiária), Márcio Moraes, Renata Bessi (estagiária), Vladimir Braga e Walter Vanilini

ASSESSOR ADMINISTRATIVO
André Zambraga

APOIO ADMINISTRATIVO
Rafaela Soares

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

ILUSTRAÇÃO
Vicente Mendorça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132
São Paulo, SP - CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Gráfica King

INTEGRA

Resolução traz diretriz eleitoral

LEIA ÍNTEGRA DO DOCUMENTO SOBRE ELEIÇÕES APROVADO PELO DN

1 – O balanço das candidaturas e das coligações para o primeiro turno das eleições municipais revela, antes de tudo, que o PT se tornou, efetivamente, um partido organizado nacionalmente e com presença política em, praticamente, todo o território brasileiro. Em 2000, o PT lançou candidaturas a prefeito em 1.316 municípios e apoiou outros candidatos em 1.416 municípios. Deixou de participar da eleição majoritária em 2.827 municípios. Ou seja, o PT não participou das eleições para prefeito em 50,9% dos municípios brasileiros. Em 2004, o PT lançou candidatos a prefeitos em cerca de 2.200 municípios e apoiou partidos aliados em outros 2.400 municípios. Nestes 2.400 municípios, o PT indicou o vice em 900. O partido está deixando de participar das eleições majoritárias em apenas 964 municípios, ou 17% do total. O PT consolidou também sua presença nos grandes municípios. Nos 95 municípios com mais de 150 mil eleitores, lançou 77 candidaturas próprias e apoiou 18 candidaturas de partidos aliados, totalizando os 95 municípios. Nesses grandes municípios, de modo geral, o PT conseguiu ampliar sua política de alianças. Dentre os 77 candidatos petistas dos grandes municípios, somente 6 concorrem sem coligação. Em relação a 2.000, nesses grandes municípios, o apoio ao PT por parte de outros partidos aumentou em 64%. Aumento significativo ocorreu também nas candidaturas a vereador. Em 2000 foram 25.340 candidatos petistas a vereador e, em 2004, o partido apresenta 33 mil candidatos – um incremento de 30%.

2 – Os números, de modo geral, revelam que o PT teve êxito na implementação de sua política de alianças. Em primeiro lugar, ela revela duas características: por um lado, o PT não se isolou; por outro, o PT não fez alianças a qualquer preço, evitando o pragmatismo e seguindo à risca os critérios de política de alianças definidos pela resolução de dezembro de 2003 do Diretório Nacional. O quadro de alianças do PT revela que o partido consolidou um núcleo partidário no campo democrático e popular e de esquerda com o PCdoB, PSB, setores do PPS e setores do PDT. O PT fez também uma forte aposta de alianças com partidos do centro, ampliando relações de apoio principalmente com o PTB e PL. Quanto ao PMDB, o partido se mantém como principal aliado do PT nos municípios do interior e está junto em três capitais: Curitiba, Palmas e Boa Vista.

3 – A conclusão a que se pode chegar é que houve avanço na estratégia do PT de consolidar em torno do partido um grande bloco de forças de esquerda, centro-esquerda e de centro com vistas a polarizar a política brasileira. O êxito alcançado nas coligações do primeiro turno precisa agora ser ampliado e consolidado na passagem do primeiro para o segundo turno. Para que esse objetivo seja efetivado, é preciso observar três determinações: a) sempre que um candidato do PT disputar o segundo turno con-



O secretário-geral nacional e coordenador nacional do GTE, Silvio Perelra, apresentou o quadro eleitoral ao DN

tra um candidato dos partidos de oposição ao governo Lula, o PT deve procurar agregar o máximo de forças dos partidos aliados do governo em torno da candidatura petista; b) sempre que um candidato de partidos aliados disputar o segundo turno contra um candidato dos partidos de oposição ao governo Lula, o PT deve se tornar o polo agregador e fiador do apoio dos demais partidos aliados ao candidato aliado; c) sempre que um candidato do PT disputar o segundo turno contra um candidato de partidos aliados, o PT deve procurar agregar o máximo de partidos aliados em torno de sua candidatura e travar uma disputa respeitosa e civilizada com o oponente. Ou seja, o PT deve se tornar, nas eleições municipais, o polo de organização, agregação e unificação de forças políticas aliadas buscando consolidar uma referência política mudancista, reformadora e modernizadora junto à sociedade.

4 – O PT deve buscar realizar quatro objetivos estratégicos específicos nas eleições municipais e um objetivo geral. Os objetivos estratégicos específicos se definem por: a) alcançar um número de vitórias significativo nas capitais de Estados e nas grandes cidades; b) reeleger ou eleger a maioria dos prefeitos onde o PT governa prefeituras atualmente; c) conquistar um número significativo de novas prefeituras e de cadeiras

nas Câmaras de Vereadores, ampliando a presença institucional do PT no interior do país; d) onde o PT não disputa prefeituras com cabeça de chapa e onde não disputará o segundo turno, eleger o máximo de prefeitos dos partidos aliados.

5 – Quanto ao objetivo estratégico geral, trata-se de fazer também das eleições municipais um movimento de fortalecimento e de ampliação do apoio político e social ao governo Lula e ao processo de mudanças, em curso no país. O resultado das eleições municipais produzirá um impacto nacional. Vencer as eleições é imperativo para o PT e seus aliados para garantir condições favoráveis na disputa dos objetivos estratégicos nacionais. Os candidatos e a militância do PT devem preparar-se com dados, números e informações para travar uma batalha na defesa do governo Lula e de suas realizações. O PT e seus aliados não podem temer esse enfrentamento, pois, nas mais diversas áreas governamentais, os números, nas comparações relativas entre o governo Lula e o governo anterior, são significativamente favoráveis ao atual governo. O PT deve dizer claramente que 2003 foi o ano da "armunção da casa", encontrada desorganizada e em precárias condições pelo governo Lula. E 2004 está sendo o ano da retomada do desenvolvimento e do emprego, principal pro-

missa de campanha do PT e de Lula. Os números atuais da retomada da economia e da geração de empregos formais, com crescimento industrial em todo o país, com o crescimento do agronegócio e das exportações e com um milhão de carteiras assinadas no primeiro semestre, são dados que atestam a coerência do PT e do presidente Lula com as promessas de campanha. Os números não são apenas favoráveis na economia, mas também nas outras áreas ministeriais e governamentais. As direções partidárias nacional, estaduais e municipais devem disponibilizar dados dos avanços do Governo Lula para que os candidatos e a militância possam travar a disputa de cabeça erguida e de forma ofensiva.

6 – O caráter das eleições será local, com os temas nacionais como desemprego, violência, avaliação do governo Lula, entre outros, constituindo uma espécie de pano de fundo do cenário da disputa. Ao mesmo tempo em que o PT não deve fugir dos temas nacionais, não pode cair na tentação de trazê-los para o centro da disputa. O PT deve incorporar no seu discurso eleitoral a constatação de que a conjuntura e a agenda do país mudaram, que a centralidade do debate político agora é constituída pelo crescimento econômico, pela geração de empregos e pela recuperação da renda. Crescimento e emprego

não são mais uma promessa para o futuro; são realidades e conquistas que estão se concretizando. É esta mensagem, esta percepção, que o PT precisa transmitir para o eleitorado sempre que os temas nacionais estiverem em questão. A própria melhoria no desempenho da economia e do emprego e a melhoria geral da ação governamental devem fazer com que a oposição reflua na sua intenção de fazer das eleições municipais um plebiscito do governo Lula. Por isso, os candidatos do PT devem dar ênfase aos programas municipais locais e ao acúmulo e aos êxitos históricos que o PT vem alcançando em administrações municipais, constituindo até mesmo uma marca do partido. Destacar os vários prêmios nacionais e internacionais que as gestões petistas conquistaram, pôr em relevo a excelência das políticas sociais do PT, o caráter democrático e participativo das administrações, a qualidade das políticas urbanas e urbanísticas e ampliar e inovar o espaço dos temas relativos à vocação econômica dos municípios e ao desenvolvimento local e regional é algo que constitui um patrimônio programático do PT, sem igual em outros partidos, que deve ser transformado em vantagem competitiva nas eleições municipais. O PT deve adotar uma postura ofensiva, seja nos temas locais e municipais, seja nos temas nacionais, sem ataques pessoais aos adversários e sem

GTE define atividades

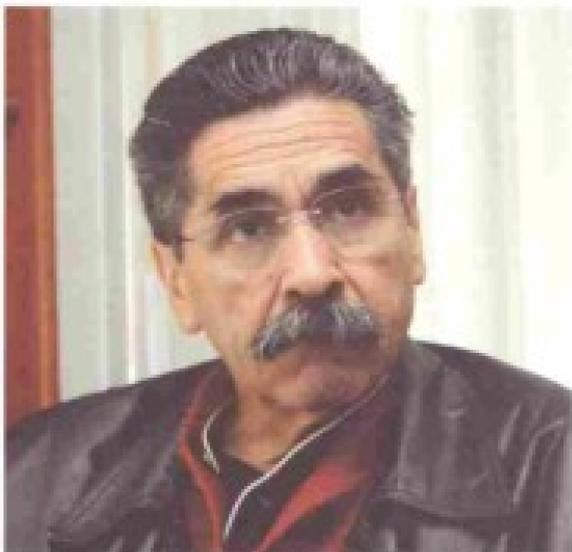
O GTE definiu as seguintes ações de apoio aos Estados de acordo com a política de prioridades:

- Agenda – de ministros e lideranças parlamentares;
- Campanha institucional – o GTE produzirá materiais para TV/Rádio (proposta, governo Lula, gravações com lideranças e ministro, Vote 13, etc);
- O GTE, em conjunto com as secretarias setoriais, produzirá materiais específicos como, por exemplo, Mulheres, Juventude, Combate ao Racismo, além da campanha própria para vereadores;
- Realização de eventos regionalizados de arrecadação de fundos;
- Microcaravanas com lideranças, visando a abranger um maior número de cidades;
- O GTE dispõe de algumas assessorias: Jurídica, Pesquisa, Comunicação, Planejamento e Programa de Governo. Já foram realizados seminários de planejamento em 19 Estados. Nesta 2ª fase da campanha, estas assessorias atuarão de acordo com as prioridades.

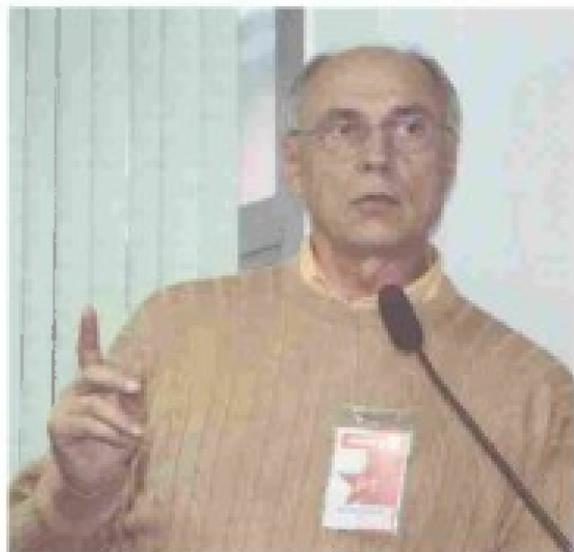
deslizar para a desqualificação da disputa, que sempre termina por proporcionar prejuízos eleitorais para quem a promove. Os candidatos do PT devem dialogar com a população de maneira clara e convincente, mostrando o que está em jogo na disputa municipal e a realidade da situação nacional, visando convencê-la com argumentos, informações e conteúdo.

7 – Além da ênfase no programa e no conteúdo, a campanha do PT deve combinar duas características centrais: deve ser uma campanha com alto grau de profissionalização, combinada com uma forte participação militante. A militância tem sido uma marca histórica do PT, da qual não se pode abrir mão. Tendo em vista os ataques e as tentativas de desmoralização de que o PT foi alvo no último período, a campanha deve servir também para resgatar o partido; os seus valores históricos; os seus compromissos com a mudança, com a justiça, com a equidade e com uma sociedade do bem-estar; os seus compromissos com as políticas sociais distributivas e integradoras; o seu conteúdo de partido de esquerda determinado pela defesa dos interesses dos menos favorecidos, sua determinação na busca do desenvolvimento econômico e social, com geração de emprego e distribuição de renda, e sua ambição de fazer do Brasil um país moderno e civilizado, garantindo à população o acesso aos bens públicos da saúde, educação e cultura, integrando a nação e as pessoas à sociedade do conhecimento. As campanhas petistas devem enfatizar os compromissos partidários com os princípios da transparência, da democracia e do republicanismo, destacando os valores éticos da política, a necessidade de moralização da vida pública e de combate sem trégua à corrupção e à apropriação privada e particularista dos bens e dos recursos públicos. O PT quer vencer as eleições municipais. Mas quer vencê-las com conteúdo, com compromissos, com seu programa e com seus valores.

São Paulo, 24 de julho de 2004
Diretório Nacional do PT



O ministro Olívio Dutra (Cidades), presente à reunião



O senador Eduardo Suplicy (SP) pede a palavra

INTEGRA

DN aponta as novas tarefas do PT e do governo

LEIA A ÍNTEGRA DA RESOLUÇÃO SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL E AS TAREFAS DO PT

Consolidar o desenvolvimento e a cidadania

1 — A retomada do crescimento econômico e da geração de empregos e a melhoria do desempenho nas ações governamentais restauraram a plena capacidade do governo de liderar a sociedade e o país na realização de seus objetivos fundamentais: promover o desenvolvimento com a geração de emprego e a distribuição de renda; combater as desigualdades e aumentar a coesão social; aprofundar o caráter democrático, republicano e ético do Estado, com participação social; e inserir o Brasil de forma soberana no contexto das relações globais. A conjuntura do país mudou e a agenda adquiriu uma nova centralidade, configurada em torno do crescimento econômico, da geração de emprego e a recuperação da renda. O Brasil começa a superar mais de 20 anos de baixo crescimento econômico. A tarefa central do governo, do Congresso, da sociedade, do PT e dos partidos aliados consiste, agora, em consolidar a retomada do crescimento e da geração de empregos através da aprovação da pauta microeconômica no Legislativo, do aperfeiçoamento dos mecanismos do Estado orientados para as políticas de desenvolvimento, da criação de novos instrumentos institucionais de regulação e de incentivo às atividades econômicas, da melhoria dos mecanismos e do volume de oferta de crédito barato e do aumento dos investimentos públicos e privados. Governo, PT e partidos aliados precisam trazer para o centro da discussão política do país o debate sobre os desafios e os rumos do desenvolvimento, dando visibilidade à mudança de agenda e da conjuntura. O que começa a ficar claro para a sociedade é que iniciativas como a nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, o projeto das PPPs e uma série de inovações regulatórias e de instituição de garantias jurídicas estabelece uma diferença fundamental da atual política econômica em relação à política econômica do governo anterior. Esta mudança se caracteriza pela passagem da ênfase na estabilidade para a ênfase no desenvolvimento e no emprego, sem abrir mão da primeira.

2 — A firmeza com que o governo Lula, o PT e os aliados enfrentaram a crise política e refutaram as imputações que os adversários tentaram impor, a persistência na afirmação de seus objetivos centrais, o êxito da ação governamental em várias frentes de atuação, a melhoria paulatina no desempenho da gestão, o aumento da unidade política do governo e de sua base de sustentação e os números inequívocos da retomada do crescimento e do emprego permitiram a superação das dificuldades e da crise e retomada da iniciativa política. O ambiente político no qual o governo opera a governabilidade lhe é favorável e o ambiente da disputa política do país melhorou sensivelmente em favor do governo, do PT e de seus aliados. O discurso dos adversários de que o governo e o PT não têm programa, de que o país está sem rumo e de que há uma ameaça de desgoverno, foi derrotado. A ação contundente do governo no combate à corrupção, a reafirmação dos compromissos éticos e republicanos do PT, a melhoria geral do desempenho governamental e a retomada do crescimento e do emprego são fatores que esvaziaram o discurso oposicionista e nos conferem condições favoráveis para a manutenção da iniciativa política e a afirmação propositiva e positiva de nosso programa.

3 — O governo consolidou a estabilidade macroeconômica com um ajuste fiscal de longo prazo e com uma política monetária forte, proporcionando o controle da inflação, a queda das taxas de juros, melhoria nas contas externas, melhoria na composição da dívida pública e a retomada do crescimento. A centralidade agora consiste em construir condições adequadas para que haja a retomada dos investimentos públicos, privados e estrangeiros, visando garantir a continuidade e a sustentabilidade do desenvolvimento de longo prazo. Trata-se de garantir a passagem da recuperação cíclica para o desenvolvimento sustentável, duradouro. Por isso, garantida a estabilidade macro-econômica e a responsabilidade fiscal, o governo está avançando na consolidação da sua política racionalidade no desenvolvimento econômico e social, com geração de emprego e distribuição de renda.

4 — Para garantir um ambiente mais adequado para a retomada dos investimentos a curto e médio prazo e urgente que o PT e o governo têm pela frente consiste em garantir a conclusão da votação da agenda micro-econômica que tramita no Congresso, ainda antes das eleições municipais. A aprovação do projeto das Parcerias Público-Privadas (PPPs) é decisiva para garantir investimentos necessários em áreas de infra-estrutura e serviços no próximo período, com destaque para transportes, energia,



O ministro Humberto Costa (Saúde) na reunião do DN

logística e recursos hídricos. Mas existem ainda outros projetos importantes, pendentes na pauta de votação: o projeto de inovação tecnológica e produtiva, o projeto de nova política para a indústria de informática e o projeto de lei que cria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, com a função de coordenar a nova política industrial. Os três projetos foram aprovados na Câmara e precisam ter sua votação concluída no Senado. A Câmara precisa iniciar a votação, ainda, do projeto que define o novo formato das Agências Reguladoras e os projetos das Superintendências de Desenvolvimento Regional — Sudene e Sudam. No Senado ficou pendente o projeto da biossegurança. A Lei de Falências, aprovada no Senado, precisa de uma nova votação na Câmara. Todos esses projetos, de uma forma ou de outra, incidem na constituição de um ambiente mais adequado para a retomada dos investimentos, na melhoria do marco regulatório e na definição de garantias jurídicas transparentes e de um horizonte de previsibilidade nos negócios e nas relações econômicas gerais. Já a aprovação, com urgência, da Proposta de Emenda Constitucional que permite a expropriação de terras para fins de reforma agrária nas propriedades em que ocorre a prática de trabalho escravo é uma exigência moral, que deve expressar o compromisso da sociedade brasileira com os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

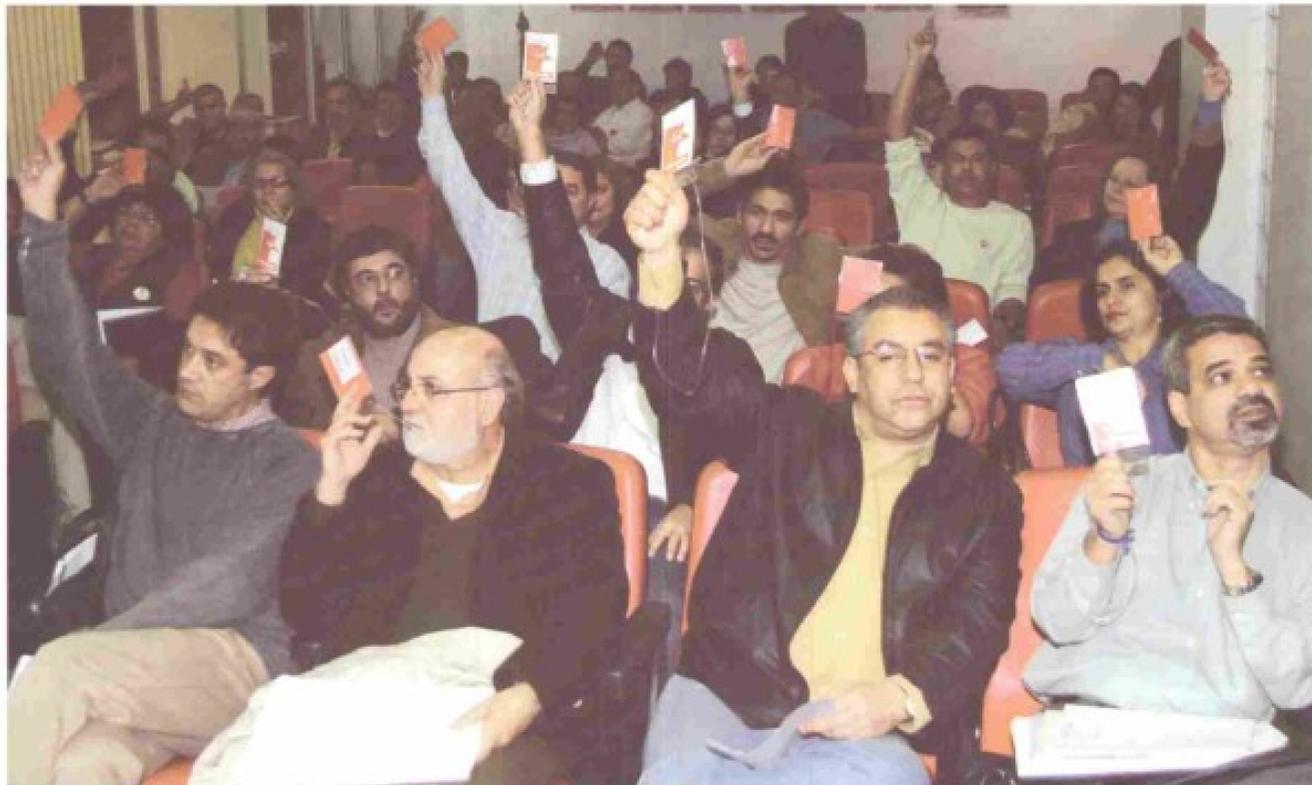
5 — A retomada do crescimento econômico e da geração de emprego abre uma janela para que o país retome o processo de reforma tributária de forma continuada, focalizando a mudança de pontos infra-constitucionais, com vistas a melhorar o desempenho arrecadatório, combater a sonegação e a elisão, reduzir as distorções tributárias, criar mais racionalidade no sistema de impostos, uniformizar o ICMS acabando com a guerra fiscal implementando uma política nacional de desenvolvimento regional, introduzindo a justiça fiscal com uma distribuição mais equitativa e justa da carga, desonerar a cesta básica e diminuir a incidência da carga tributária, principalmente sobre a produção e o trabalho. A redução paulatina e continuada da carga tributária, de forma modulada para garantir os recursos necessários aos gastos correntes do setor público, é uma medida imperativa para aumentar o nível de poupança do setor privado e proporcionar investimentos de longo prazo.

6 — A retomada dos investimentos passa também pela otimização do gasto público. A melhoria do gasto público deve ser feita acompanhada com uma reforma da Gestão, orientada para três objetivos: a) definição de um novo modelo de Estado, criando uma nova institucionalidade para responder aos novos desafios levando em conta os paradigmas e as mudanças contemporâneas; b) melhoria e racionalização do gasto público; c) busca de eficiência, agilidade, integração, qualificação e modernização da máquina pública, com desburocratização dos entes burocráticos que dificultam a eficiência e a obtenção de resultados na ação governamental. Essa reforma é necessária, tanto para aumentar a eficiência, quanto para recuperar e ampliar a ca-

pacidade do Estado de investir, de planejar, de coordenar e de induzir processos econômicos e sociais.

7 — O Brasil começa a definir sua política de desenvolvimento industrial e tecnológico e a consolidar a recuperação de seu papel protagonista, coordenador e indutor do desenvolvimento, implementando medidas de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); criando a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; estimulando o relacionamento entre universidades, institutos de pesquisa e empresas (Lei de Inovação); modernizando e criando uma infra-estrutura de pesquisa tecnológica, organizando e institucionalizando mecanismos de atração de novos investimentos; estruturando fóruns setoriais e cadeias produtivas específicas; implementando medidas com vistas a reduzir o custo do capital e definir, junto com o setor produtivo, apostas estratégicas para o desenvolvimento do país. O governo vem reconstruindo a capacidade de atuação de vários organismos relacionados às políticas de desenvolvimento tais como o BNDES, os bancos públicos, o Ibrama, o Incea etc. Muitos dos focos, objetivos e políticas dessas instituições precisam ser reorientados. Mas para que o papel protagônico do Estado seja consolidado é necessário criar novas instituições consonantes aos novos desafios, aos novos projetos e ao novo modelo de desenvolvimento, já que muitas instituições ainda existentes foram criadas no passado, quando os desafios e o modelo eram outros. O Estado precisa reforçar também seu papel regulador, indutor, fiscalizador e promotor da cidadania, seja em atividades concessionárias, como nas áreas de infra-estrutura, energia e comunicações, seja em áreas de serviços prestados diretamente pelo estado — essenciais à população — como educação e saúde.

8 — Para consolidar a perspectiva do desenvolvimento

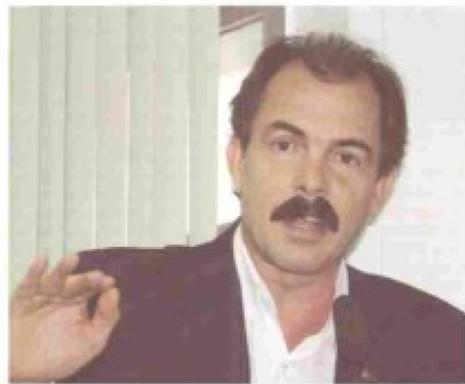


Integrantes do Diretório Nacional do PT votam nas propostas de resolução sobre conjuntura apresentadas durante a reunião; tese defendida pelo campo majoritário venceu com 39 votos

econômico sustentável e melhorar o ambiente de atratividade de novos investimentos. O Brasil precisa avançar também em outras áreas, com destaque para a modernização da defesa da concorrência (Secretaria de Defesa Econômica e Secretaria de Acompanhamento Econômico); desburocratizar os procedimentos para a abertura e fechamento de empresas; e adotar medidas de incentivo ao empreendedorismo com o objetivo de reduzir a informalidade de empresas e da mão de obra. O incremento da formalização das atividades econômicas e das relações de trabalho é um fator decisivo para a criação de um ambiente adequado e não predatório de negócios, possibilitando a atração de novos investimentos. Junto com o aperfeiçoamento de regras que garantam a defesa da concorrência e a formalização das atividades econômicas, a consolidação do desenvolvimento requer também spreads bancários mais baixos. Crédito barato e disponível é uma condição básica para o incremento da atividade econômica. Os bancos privados deveriam seguir o exemplo dos bancos públicos — Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil — que vêm reduzindo suas taxas de juros aos níveis mais baixos do

mercado. Com a aprovação da Lei de Falências, da Reforma do Judiciário e do projeto de lei de incentivo à construção civil, que entre outros pontos, define regras maior segurança aos financiamentos imobiliários, torna-se injustificável a manutenção de altos spreads bancários.

9 — A política Externa e de Comércio Exterior se traduziram num dos maiores êxitos do governo Lula. A firmeza com que o governo Lula vem defendendo os interesses do Brasil na OMC e em outros fóruns internacionais, em negociações bilaterais com os Estados Unidos e com países da União Europeia; a capacidade de propor uma alternativa para as negociações da ALCÁ em seu atual formato; a capacidade de exercício da liderança ao propor a criação do G-20; a consolidação de novas relações com países emergentes como a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul; o papel positivo que o Brasil vem desempenhando na recuperação do Mercosul e no



Mercadante foi quem defendeu o texto aprovado

estreitamento de relações diplomáticas e comerciais com os demais países da América Latina, são iniciativas e conquistas que, entre outras, estão modificando radicalmente o papel e a inserção do Brasil no contexto internacional. Com uma política externa ativa e altiva, o governo Lula lançou no debate internacional elementos de uma nova ordem mundial. Essas iniciativas precisam ser consolidadas e ampliadas para que o Brasil reforce seu papel de protagonista na política externa e no comércio mundial.

10 — O êxito da política de Comércio Exterior, que vem alcançando sucessivos recordes na balança comercial, orientada para a conquista de novas parceiras e novos mercados, com o objetivo de ampliar a presença do Brasil no comércio mundial, está sendo decisivo para incrementar o desenvolvimento interno e reduzir nossa vulnerabilidade e dependência externas. Fortalecer a presença e a marca Brasil no exterior e em novos mercados, apoiar as empresas brasileiras no exterior, apoiar as empresas na busca de novos mercados, desburocratizar as exportações, modernizar a política aduaneira, municiar as empresas com informações estratégicas sobre



A deputada distrital Ariele Sampaio, membro da CEN



O líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP)

os mercados internacionais e as oportunidades que eles oferecem, criar fóruns de promoção comercial e de negócios, adotar políticas específicas de apoio à inovação produtiva, de diferenciação e agregação de valor aos setores produtivos com potenciais exportadores, constituem um rol de medidas que precisam ser consolidadas para que o Brasil supere a estagnação das últimas décadas em sua participação no comércio internacional.

11 — O PT também deve reforçar sua atuação internacional, consolidando e estreitando relações com partidos e organizações democráticas, progressistas e de esquerda. A realização do Congresso da Internacional Socialista em São Paulo abriu um amplo espaço de relacionamento com partidos democráticos e progressistas de outros países. A recente viagem de dirigentes petistas à China, aumentando o relacionamento com o Partido Comunista Chinês, é um exemplo que deve ser expandido para outros países e outras organizações partidárias. A participação decisiva do PT no Fórum de São Paulo, a realização do Seminário Internacional em Manágua intitulado "A América Latina há 25 anos da Revolução Sandinista", a atuação no Fórum Social das Américas em Quito e no "Fórum Universal das Culturas" em Barcelona, e a preparação do Fórum Social Mundial de 2005 também fazem parte do investimento do PT na ampliação do seu relacionamento com organizações democráticas e progressistas que lutam para tomar mais justas e igualitárias as relações entre povos e países. No âmbito da América Latina, o PT se congratula com a decisão democrática do governo da Venezuela de implementar o referendo e manifesta ainda a convicção de que a vitória do governo representará a consolidação da democracia e a ampliação das conquistas sociais do povo venezuelano.

12 — A sociedade tem ele-

gido em todas as pesquisas de opinião os temas do desemprego e do combate à violência como os temas prioritários em relação aos quais espera soluções urgentes dos governantes. A criação de um milhão de empregos formais no primeiro semestre de 2004 é, sem dúvida, um fato auspicioso e um motivo de comemoração. Mesmo com estes avanços, reconhecemos que há muito o que fazer. Somente uma forte retomada dos investimentos poderá, de fato, constituir um sólido processo de geração de novos postos de trabalho e recuperar a renda dos trabalhadores. Quando o combate à violência convém lembrar que a campanha da candidatura Lula apresentou à sociedade brasileira o melhor projeto já elaborado nessa área. É preciso reconhecer, contudo, que os níveis de violência não tiveram ainda uma redução visível aos olhos da sociedade. Esta responsabilidade, no entanto, recai, principalmente, sobre os governos estaduais. O governo e a sociedade aumentam expectativas altamente positivas de que a campanha nacional pelo desarmamento se torne uma das medidas mais efetivas na redução dos níveis de violência no país. Mesmo assim, o governo federal pode calibrar sua política de segurança pública, na perspectiva daquilo que aponta o programa do PT, focalizando ações naquilo que é específico da União que é o combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao tráfico de armas. O governo pode interagir mais com os governos estaduais no sentido de fazer com que se integrem ao Sistema Único de Segurança Pública, compartilhando informações e recursos para dar maior efetividade ao combate à criminalidade e segurança à população.

13 — Outra tarefa na qual governo e PT precisam se empenhar consiste na consolidação da maioria congressual. A garantia efetiva da governabilidade se expressa também pela capacidade do governo conseguir aprovar projetos de seu interesse, do interesse do país, no Congresso Nacional. Por isso, é necessário que o governo estabeleça uma relação mais efetiva com os partidos aliados e com os parlamentares da base aliada. Somente assim se constituem as condições políticas e morais para que as lideranças partidárias e congressuais cobrem fidelidade e compromissos efetivos dos partidos e dos parlamentares com a governabilidade e com a sustentação do governo. A relação do governo com sua base partidária e parlamentar deve ter por base uma agenda de médio prazo, definida a partir dos temas econômicos, políticos e sociais de relevância para a sociedade e para o país. A centralidade da relação governo-base deve definir-se pela agenda política, pela plataforma política, pelo discurso político. Somente assim o governo terá uma maioria política sólida, capaz de sustentá-la nas votações e de defendê-la nos embates políticos e sociais.

Outra condição necessária para o êxito político do governo e para a garantia do apoio consiste na unidade política do ministério e do comando do governo, sob a liderança do presidente Lula. A determinação da unidade do governo se define, principalmente, pela unidade dos ministros e dos líderes e dirigentes do PT que estão no governo. Somente a garantia dessa unidade no governo será capaz de fazer dele o pólo de coesão política e social em torno de um projeto de nação.

14 — O governo Lula, sem dúvida, conseguiu imprimir avanços significativos nas políticas sociais e distributivas, seja através de um aporte maior de recursos, seja através da criação de novos programas. Ainda assim, precisamos avançar ainda mais na

implantação das políticas sociais, área na qual o PT sempre obteve status de excelência. As políticas sociais precisam constituir marcas de um governo cujo compromisso inarredável é o de diminuir as desigualdades sociais históricas do Brasil. As políticas sociais precisam ser uma das mais fortes expressões da fisionomia de esquerda do governo Lula e do PT, sacramentando o nosso compromisso com os menos favorecidos, com os mais necessitados e com a inclusão social. Nas políticas sociais estruturantes, como saúde, educação, habitação popular, políticas urbanas, meio ambiente, cultura e reforma agrária, muitos avanços foram consignados. Destaque-se na Saúde, o cumprimento da Emenda 29, do Samu e as Farmácias Populares. Na Educação estão em implantação projetos importantes como a Reforma Universitária, a política de quotas e a Universidade para Todos. Mas nessas políticas sociais estruturantes também é preciso avançar mais imprimindo uma maior efetividade e visibilidade de resultados, uma maior clareza de projetos estratégicos específicos e um aperfeiçoamento e modernização da gestão para otimizar recursos, cortar desperdícios e atacar as brechas da corrupção, a exemplo do que ocorreu no Ministério da Saúde. A cultura deve ser concebida como um dos pilares estratégicos da coesão social e do desenvolvimento. O governo deve dar status de prioridade à Cultura, descentralizando os investimentos e fazendo com que ela chegue até as comunidades carentes. O PT apoia a reivindicação dos movimentos culturais pela criação do Sistema Nacional de Cultura, com mudanças na regulamentação da Lei do Meccano. Ainda em relação às políticas sociais, o PT reitera o apoio às palavras do presidente Lula, reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos sociais básicos e universais e com a necessidade de garantir a vinculação constitucional orçamentária para viabilizar esses direitos constitutivos da cidadania e da dignidade humana.

15 — Nenhum governo, na história do Brasil, estabeleceu um diálogo tão profícuo, permanente e positivo com os movimentos sociais como o governo Lula. Mais de uma dezena de conferências setoriais foi realizada, sendo que o presidente Lula participou em nove delas, com destaque para a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que na sua preparação envolveu mais de 130 mil mulheres de todo o país. O governo promoveu também dezenas de conferências e encontros, em todo o país, para elaborar o PPA, o PT, por seu lado, dando sequência à resolução do Diretório Nacional aprovada na reunião de abril, deve seguir investindo no seu relacionamento com os movimentos sociais, respeitando sua autonomia e apoiando suas reivindicações legítimas. Nos últimos meses, a direção do PT se reuniu com

quase todos os movimentos sociais representativos do país. Reforçar a organização autônoma destes movimentos e estabelecer níveis de diálogo pertinentes, seja com o Partido, seja com o governo, é uma exigência importante para que as conquistas sociais e de cidadania se consolidem e se ampliem. Reforçar a organização autônoma significa dizer que os movimentos sociais não podem nem ser partidarizados e nem ser estatizados.

O PT e os movimentos sociais estiveram juntos no passado, estão juntos no presente e juntos no futuro em torno de lutas e entendimentos comuns sobre o caráter das transformações que o Brasil precisa. É em torno dessa base comum de entendimento e de interesses que o PT se propõe a estreitar seu relacionamento com os movimentos sociais.

São Paulo, 24 de julho de 2004

Diretório Nacional do PT



Tarso Genro (Educação) defendeu a reforma universitária



Genoino resume conteúdo

Como o sr. resumiria a resolução sobre conjuntura?

Genoino — Nós estamos ditando o seguinte: o ambiente econômico do país é favorável, e agora nós temos que dar consistência ao crescimento. Você pode ter crescimento e não ter emprego e renda, então temos que crescer com emprego e renda. Temos também que garantir os investimentos, sejam estatais, sejam de bancos públicos, sejam bancos privados. Terceiro: temos que recapacitar e requalificar o Estado para induzir e articular o desenvolvimento. O desenvolvimento não vem por geração espontânea. Tem que ser uma construção industrial e articuladora do Estado. A microeconomia tem o seu papel. Mas num país como o Brasil, inserido na economia global, é preciso cuidar das exportações, das cadeias produtivas, dos pilos tecnológicos, mas também da pequena e da média empresa — seja no campo, seja na cidade. E não podemos esquecer que é preciso garantir qualidade do ponto de vista do emprego e da renda. Além disso, é preciso que esse crescimento seja equilibrado, considerando que vivemos num país de grandes dimensões, em que há regiões mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas. E, por último, esse desenvolvimento tem que ser forte para o Brasil se projetar no cenário internacional — daí também a necessidade de a política externa nos ajudar muito na sustentação desse desenvolvimento econômico.

REUNIÃO DO DN

PT defende política para jovens

O Diretório Nacional do PT aprovou, no dia 24 de julho, uma resolução que visa a chamar a atenção das instâncias do partido e do governo para as questões de interesse da juventude brasileira. O documento propõe um novo patamar de discussões no partido sobre políticas públicas de juventude e recomenda às administrações petistas ações concretas na criação de organismos gestores e na articulação de programas.

Durante a reunião do DN, o vice-presidente executivo

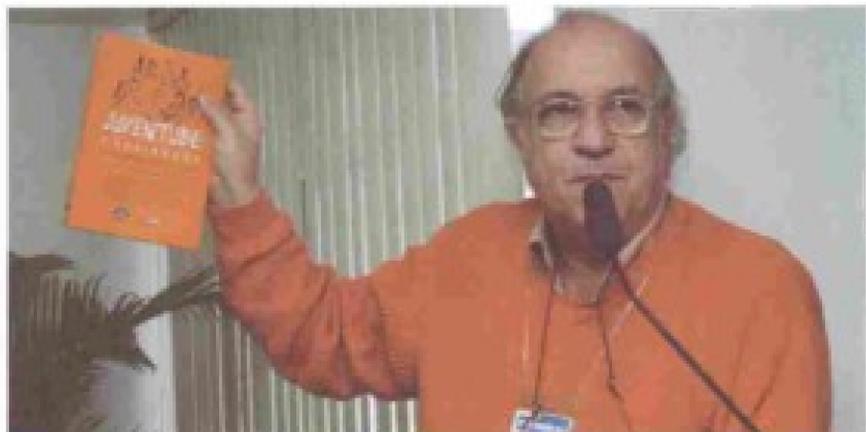
do Instituto da Cidadania (IC), Paulo Vannuchi, fez uma apresentação do Projeto Juventude, um amplo tratado sobre políticas públicas voltadas aos jovens, que foi elaborado pela entidade e levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do mês.

Vannuchi lembrou que, ao fundar o IC, Lula já tinha em mente discutir o tema da juventude. "A opção dele foi constituir um grupo de debate multifacetado que convergissem idéias de acadêmicos, gestores públicos e militantes",

ressaltou. "Fizemos algo que teve a juventude petista protagonizando o debate de forma positiva".

Para Vannuchi, é importante que as pessoas tenham a dimensão de que, se bem implementadas, as políticas de juventude trairão rapidamente retorno à sociedade.

"Se formos capazes de formular uma nova agenda nacional, contemplando as questões de políticas para os jovens, o impacto será tão grande quanto o Fome Zero", avaliou o estudioso.



Paulo Vannuchi apresenta o Projeto Juventude aos integrantes do Diretório Nacional

INTEGRA

Leia a resolução sobre juventude aprovada pelo DN

Considerando que a juventude brasileira representa um segmento populacional expressivo — 34 milhões na faixa entre 15 e 24 anos ou 45 milhões entre 15 e 29 anos — e de elevada importância na história de nossas mobilizações sociais e políticas,

Considerando que nos últimos anos vem crescendo a força e se multiplicando a organização de diversificados instrumentos de articulação, participação e luta dos jovens, seja sob a forma de movimentos específicos, grupos culturais, entidades estudantis, juventudes partidárias, ONGs e incontáveis modalidades de atuação inovadora;

Considerando que esse avanço é resultado, sobretudo, da própria mobilização juvenil, mas já de alguns anos conta, em alguns Estados e em prefeituras governadas pelo campo popular-democrático, com o apoio de organismos gestores especifi-

cos e políticas públicas setoriais que deram resultados altamente promissores;

Considerando que a ruptura histórica simbolizada pela vitória de Lula em 2002 abriu as portas para um consistente processo de mudanças na configuração econômica e social de nosso país, que precisa levar em conta o extraordinário potencial e as energias que se encontram armazenadas — e bloqueadas — nesse segmento singular e diversificado da sociedade brasileira;

Considerando que a juventude, com suas especificidades, demanda do Estado políticas específicas e canais próprios de diálogo e participação na elaboração, na indução e na consolidação destas políticas;

Considerando que o Governo Lula já anuncia e vem preparando uma pioneira política nacional de juventude, em debate no Grupo Inter-

ministerial coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência e em diálogo com inúmeras contribuições apresentadas, destacando-se a atividade da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados e os trabalhos do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania;

Considerando que tal iniciativa contribuirá para elevar a questão juventude ao patamar de tema político de primeira grandeza, exigindo, também, do Partido dos Trabalhadores a superação de algumas limitações que ainda se fazem notar em nossa organização interna setorial, em nossa presença junto aos movimentos sociais de juventude e mesmo em algumas de nossas administrações;

O Diretório Nacional do PT decide:

1 – Orientar todas as instâncias do partido a inaugu-

rar uma nova etapa de atenção e dedicação à questão juventude, em sintonia com o novo momento histórico e objetivando exercer um forte papel impulsionador nesse processo;

2 – Sugerir às diferentes bancadas parlamentares petistas, em todo o Brasil, que tomem iniciativas, apresentem projetos e proponham políticas específicas de juventude em seu campo de atribuição, buscando construir amplo arco de consenso e garantir um sólido compromisso suprapartidário em torno da questão;

3 – Recomendar a todas as administrações municipais e estaduais onde o PT esteja presente ações concretas no sentido de criar organismos gestores adequados e de articular programas amplos, apoiados na transversalidade entre diferentes áreas de governo e voltados à implantação de políticas de longo prazo;

4 – Solicitar à Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Nacional de Formação, Secretaria Nacional de Mulheres e à Secretaria Nacional de Cultura do PT e à Fundação Perseu Abramo iniciativas de divulgação, publicação e — em especial — cursos específicos de formação sobre o tema, visando à elevação da qualificação e do nível de conhecimento de todos os petistas em torno do tema, com prioridade aos militantes da juventude partidária;

5 – Trabalhar para que esse novo empenho partidário fortaleça o sentimento de unidade por sobre as naturais divergências internas, como base indispensável para uma atuação responsável junto a outros segmentos do campo popular-democrático, junto às demais forças que integram a base de apoio ao Governo Lula e, sobretudo, como condição para que a presença dos petistas nos organismos e mo-

vimentos sociais ligados à juventude evite toda conotação aparelhista, sectária ou fragmentada.

6 – Fortalecer, a partir das instâncias nacionais — com recomendação correspondente aos diretórios estaduais e municipais —, os organismos, as secretarias e os grupos de trabalho do PT voltados à questão juventude, assegurando-lhes eficaz alocação de quadros, discussão e orientação política sistemáticas, e recursos materiais adequados. Além disso, promover campanhas específicas de filiação partidária e de incentivo à participação política.

7 – Oferecer, através do GTE, a todos os nossos candidatos a prefeito e vereador nas eleições deste ano, informações, subsídios e materiais de campanha que contribuam para tornar as questões da juventude uma pauta destacada do debate eleitoral já em curso.

Rossetto expõe diretrizes da política agrária

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, apresentou as conquistas obtidas na política agrária durante a abertura da reunião do Diretório Nacional do PT, em São Paulo. "As carências são enormes e a disputa política e ideológica com setores reacionários é intensa, mas estamos seguros e vamos cumprir todas as metas", garantiu.

O ministro citou números que revelam os avanços da gestão Lula no setor.

Segundo ele, durante 20 anos, foram assentadas 500 mil famílias, enquanto a meta do governo Lula é assentar 115 mil por ano. Até julho deste ano, foram assentadas 82.500 famílias.

Rossetto disse que os R\$ 7 bilhões destinados para o ano agrícola 2004/2005 representam um marco histórico em volume de recursos para o setor. De acordo com o ministro, a gestão petista tem



Ministro deu informes sobre as atividades de sua pasta

procurado garantir que o acesso à terra venha acompanhado de qualificação nos assentamentos e de ofertas de serviços públicos. "Já temos liberados R\$ 430 milhões para proporcionar assistência técnica e qualificação permanente a todos os assentamentos", disse. Segundo Rossetto, o

ministro da Saúde, Humberto Costa, garantiu para o segundo semestre o Programa Saúde da Família em todos os assentamentos. A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, também assegurou o acesso à eletricidade em todo o campo por meio do Programa Luz para Todos,

Diretoria da FPA é reconduzida pelo DN

O Diretório Nacional do PT aprovou a nova composição do conselho curador — que teve renovação de um terço de seus integrantes — e reconduziu os membros da diretoria da Fundação Perseu Abramo. Embora o mandato se encerre apenas em setembro, a escolha dos membros ocorreu no dia 24 de julho porque não haverá nova reunião do DN antes das eleições de outubro. A diretoria e o conselho tomarão posse em setembro.

O presidente da FPA, Hamilton Pereira, que também será reconduzido ao cargo, apresentou um balanço das atividades da entidade entre 2000 e 2004. Pereira destacou o papel da fundação na promoção de debates sobre a questão nacional, em especial sobre um projeto nacional para o Brasil. Também foi lembrada a criação do boletim eletrônico mensal Periscópio,



Selma, Flávio, Hamilton e Ricardo: de novo na direção

produzido em conjunto com a SNFP (Secretaria Nacional de Formação Política do PT) e destinado a ser um subsídio às análises de conjuntura e à atuação das lideranças do partido. A Fundação e a SNFP produziram diversos materiais, desde boletins a vídeos, que foram distribuídos gratuitamente para cerca de 600 diretórios do PT em todo o Brasil.

Conheça a nova composição:

Diretoria: presidente — Hamilton Pereira; vice-presidente — Ricardo de Azevedo;

diretor — Flávio Jorge; diretor-geral — Selma Rocha

Conselho Curador: Arlete Sampaio, Cristóvam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Koutzili, Irny Lopes, João Cláudio Arroyo, Jorge Mattozo, Luiz Antonio de Carvalho (Luizão), Luiz Pinguelli Rosa, Luiz Sergio Gomes da Silva, Luiz Soares Dulci, Marco Aurélio Garcia, Mônica Valente, Newton Albuquerque, Sundra Starling, Suely de Oliveira, Tânia Bacelar, Tatau Godinho, Vicente Trevas, Zezéu Ribeiro, Zilah Abramo.

MOVIMENTO SOCIAL

Trabalhadores assumem fábricas falidas

Cerca de 1.400 trabalhadores ligados às empresas Cipla/Interfibra (Joinville, SC), Cipla/Interfibra (Sumaré, SP), Flaskô (do mesmo grupo de Sumaré), Flakepet (Itapevi, SP) e Diamantina (Curitiba, PR) lutam para manter seus empregos. Todas entraram em estado pré-falimentar. Os proprietários as abandonaram e os funcionários assumiram

o trabalho nas fábricas para garantir sua sobrevivência. A única empresa que está parada é a Flakepet, por medida judicial.

Segundo Misa Boito, membro da Executiva estadual do PT-SP e representante da comissão de trabalhadores da Flakepet, o objetivo é manter as fábricas em funcionamento. Para isso, o grupo está

buscando ajuda do governo federal que, por meio do ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, estuda formas de garantir o emprego dos trabalhadores.

Misa explicou que as empresas têm dívidas em sua maioria contraídas com o governo federal.

Fome Zero: Meta é incluir para crescer

Os programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são assistenciais, não assistencia-

listas, destacou a secretária-executiva adjunta da pasta, Heliana Kátia Tavares Campos, que representou o ministro Patrus Ananias na reunião do Diretório Nacional do PT. "O Estado está alocando recursos humanos e financeiros em praticamente todas suas áreas de atuação, a fim de concretizar sua prioridade de

estender os direitos de cidadania aos milhões de brasileiros excluídos", afirmou.

Segundo Heliana, o Fome Zero mostra a decisão do governo de enquadrar o problema como uma questão de política nacional central e não como uma fatalidade individual. Ela destacou que o programa envolve política de segurança alimentar, renda de cidadania, iniciativas estruturantes e educação cidadã, além das ações emergenciais.

Heliana lembrou que o Bolsa-Família já beneficia 4,5 milhões de famílias com transferência de renda e que a meta até o fim do ano é atingir 6,5 milhões. Até o fim de 2006, o governo pretende atender todos os brasileiros que ganham menos de US\$ 1 por dia — hoje, 11 milhões de famílias estão nessa situação. Segundo Heliana, quase 60% dos beneficiados vivem no Nordeste, região que concentra o maior número de carentes.

IGUALDADE DE GÊNERO

Governo reúne recorde de mulheres

CONFERÊNCIA MOBILIZOU 2.478 MULHERES DE TODO O PAÍS PARA DISCUTIR PLANO NACIONAL

Juliana Pereira da Silva
da reportagem

Negras, indígenas, pardas, brancas, sindicalizadas, apuradas, integrantes do governo. Entre os dias 15 e 17 de julho, 2.478 mulheres das mais diversas origens reuniram-se em torno de um único objetivo: discutir as bases de uma política pública específica para as mulheres. A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi uma iniciativa histórica do governo Lula, que convocou a sociedade civil para debater e redigir as diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O plano, que depende de aprovação do Congresso, orientará a implementação de políticas públicas em todas as áreas do governo. A previsão é que ele comece a ser executado já no início de 2005.

Coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a conferência aconteceu após um inédito processo democrático de consulta popular sobre políticas públicas de gênero.

Tal processo teve início no começo do ano, com conferências municipais e regionais realizadas em mais de 2.000

municípios, reunindo 120 mil mulheres que elaboraram 3.887 propostas discutidas na conferência nacional. Os eventos regionais também elegeram 1.787 delegadas.

As propostas levantadas pela consulta popular foram divididas em cinco eixos temáticos — enfrentamento da pobreza; superação da violência contra a mulher; promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres; efetivação dos direitos humanos das mulheres; e desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

As propostas aprovadas foram encaminhadas a um grupo de trabalho interministerial que deverá redigir o plano em até 60 dias.

O grupo será coordenado pela ministra da SPM, Nilcéa Freire, e composto por representantes de vários ministérios, entre eles da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário e Planejamento. A versão definitiva do plano será divulgada em novembro e marcará o encerramento das comemorações do Ano da Mulher no Brasil.

Nilcéa: Ações do governo já atendem reivindicações

A convergência das medidas públicas adotadas pelo governo Lula com as 3.887 propostas feitas pelas participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres indica que a administração petista tem cumprido seu papel, afirmou ao **PT Notícias** a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Segundo ela, de 85% a 90% das questões apresentadas durante a conferência são questões já trabalhadas pelo governo Lula.

Um desses exemplos é o Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. O pacto consiste na execução de um conjunto de ações articuladas pelas diferentes esferas de governo para qualificação da atenção obstétrica e neonatal. O objetivo é reduzir em 15%, até o fim de 2006, o índice de mortalidade materna. Hoje, no Brasil, há 74,5 óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos. Os óbitos são normalmente causados por complicações na gestação, no parto ou no puerpério (período que se segue ao parto até que o estado geral da mulher retorne à normalidade).

Uma das medidas já adotadas pelo Ministério da Saúde foi a de tornar obrigatória a notificação de óbitos de mulheres em idade fértil para investigar a causa da morte. Com base nessas informações, o Ministério da Saúde pode adotar medidas para evitar mortes maternas. A outra medida foi a criação da Comissão Nacional de Mortalidade Materna. Esse órgão vai oferecer subsídios para o aperfeiçoamento da política nacional de redução da mortalida-



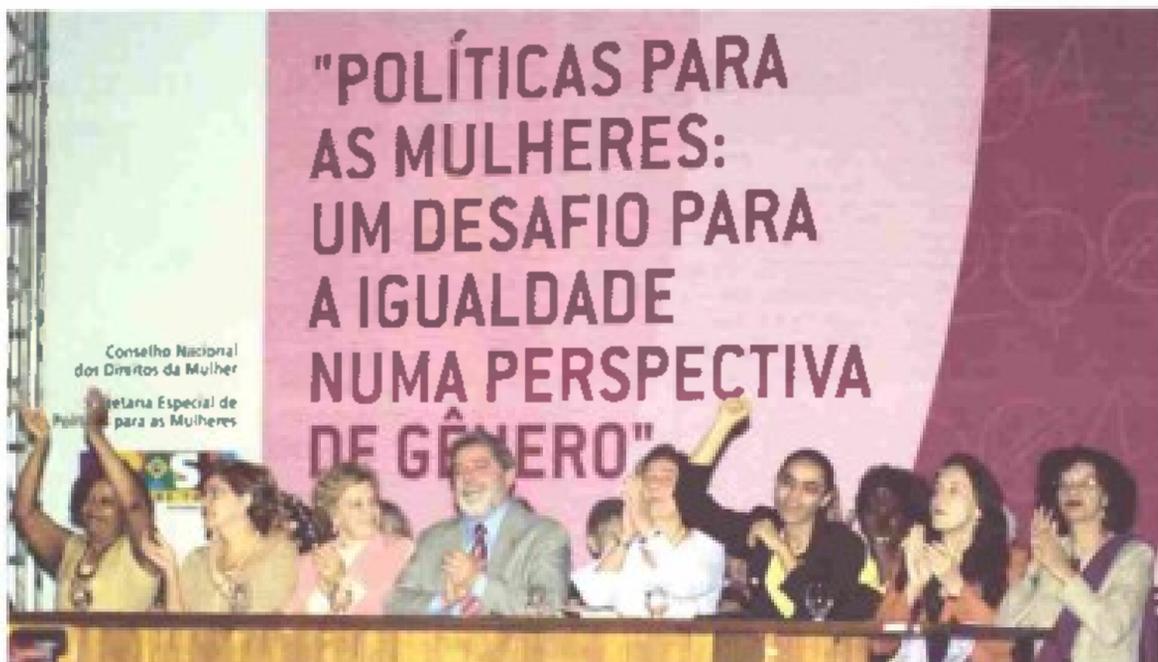
Ministra Nilcéa Freire

de materna, estabelecendo correlações com os comitês estaduais, regionais e municipais, que serão criados nas localidades com mais de 100 mil habitantes. Esta comissão deverá manter atualizado o diagnóstico da situação da mortalidade materna no país, propor diretrizes para reduzir o índice e também mobilizar a sociedade para a questão.

Já a violência contra a mulher foi um ponto discutido praticamente em todos os eixos temáticos da conferência. As conferencistas defenderam a necessidade de criar mecanismos que tratem a violência doméstica como um todo, com uma política de proteção integral, prevenção, auxílio e punição adequada para esses crimes.

Resultados

Para a ministra, não há um resultado único a ser tirado da conferência, já que nela foram várias questões abordadas e consequentemente diversos resultados obtidos. Entretanto, segundo Nilcéa, fica cada vez mais aparente a necessidade de os administradores públicos implementarem políticas para a igualdade. Pois, conforme discutido durante o evento, antes da administração Lula, as questões de gênero não haviam sido trabalhadas nacionalmente como políticas públicas de governo, inviabilizando o pleno estabelecimento de um Estado democrático.



Mesa de abertura da conferência nacional, em Brasília, que contou com a presença de Lula e de sua mulher, Marisa

Principais bandeiras petistas são aprovadas

Durante os três dias da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, várias das propostas apresentadas pelas militantes do PT foram aprovadas e muitas delas em caráter unânime, o que comprova a sintonia do partido com as principais demandas das brasileiras.

Antigas bandeiras do PT, que já são implantadas em administrações petistas, foram aprovadas como sendo necessárias a uma política de governo nacional. Uma delas, como destaca a secretária nacional do setorial de mulheres do PT, Conceição Nascimento, é a importância da criação das coordenadorias de mulheres nas prefeituras como mecanismo de representação da mulher.

Tais coordenadorias têm como função propor, elaborar, articular e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas dirigidas às mulheres nos municípios. Esses órgãos devem ter dotação orçamentária própria e status de secretaria, participando das instâncias de poder e decisão dos



Grupo de mulheres do PT que participaram do evento

governos municipais.

A presença de militantes petistas no evento foi expressiva. Segundo a secretária nacional do setorial de mulheres do PT, das quase 2.500 presentes, cerca de 30% eram do PT.

Rearticulação

Além da aprovação de propostas oriundas das 27 unidades da federação, a conferência também possibilitou a união das mulheres que lutam

pelos direitos e demandas específicas da população feminina. Para Conceição, a conferência gerou a reabilitação e rearticulação não só do movimento feminista, como também de ONGs e demais representantes que lutam pelos direitos das mulheres, que nos últimos anos vinham passando por um processo de 'ensimesmamento'.

A conferência também possibilitou a união de povos submetidos a processos de

exclusão.

A participação das representantes de mulheres indígenas gerou, por exemplo, a Aliança de Parentesco, firmada com as mulheres negras.

Apontando-se como vítimas comuns da exploração colonial brasileira, a partir deste pacto, negras e indígenas se consideram parentes na luta pela reparação da discriminação histórica que resultou na desvalorização das suas imagens perante as demais raças e etnias. A aliança definirá uma agenda comum para dar visibilidade aos dois segmentos e cobrar nos futuros fóruns o redirecionamento das políticas públicas de gênero.

As delegadas aprovaram, ainda, diretriz que coloca como dever do Estado o desenvolvimento de mecanismos de promoção, respeito e legitimação à diversidade de orientação sexual, tendo como referência o Programa Nacional Brasil sem Homofobia, bem como a criação de grupo de trabalho e estudo para concretização da lesbofobia e da homofobia como crimes.

Ativistas da luta pela igualdade de gênero são homenageadas

Na abertura da conferência (15), que contou com a participação do presidente Lula, 14 mulheres com trajetórias de destaque na luta pela igualdade de gênero foram homenageadas. Uma delas é a militante petista e feminista Clara Charf, 79 anos de idade e mais de 50 de militância, que recebeu uma homenagem especial ao ser nomeada pelo presidente Lula, em seu discurso de abertura do evento, a representante de todas as demais mulheres, anônimas ou não, que deixaram de ser citadas.

As outras homenageadas foram: Lenira Maria de Carvalho, fundadora da Associação das Empregadas Domésticas; Raimunda Gomes da Silva (Raimunda dos Cocós), criadora da Federação Interestadual das Quebradeiras de Coco e da Associação das Quebradeiras de Coco; Graçiana Selestino Wakanã, do povo indígena Xucuru — Kariri, uma das líderes do movimento em defesa dos povos indígenas; Zuleika Alambert, fundadora do Grupo de Mu-



Clara Charf recebe homenagem do presidente Lula

lheres Brasileiras em Paris; Benedita da Silva, primeira senadora negra no Brasil, que foi também vereadora, deputada federal, vice-governadora e governadora do Estado do Rio de Janeiro; Heleieth Saffioti, primeira teórica da questão da violência contra a mulher; Enid Backes, militante do Movimento Feminino pela Anistia e fundadora da primeira Coordenadoria da Mulher no Rio Grande; Rose Marie Muraro, uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil; Heloneida Stu-

dart, deputada estadual pelo PT-RJ e fundadora do Centro da Mulher Brasileira; Elizabeth Teixeira, líder das Ligas Camponesas; Ruth de Souza, atriz negra que lutou por melhores papéis para as atrizes e atores negros em todos os meios culturais; Ana Montenegro, uma das fundadoras do Partido Comunista no Brasil; e Mãe Estela, herdeira do candomblé Axé Opô Afonjá e criadora de um importante movimento de resgate dos valores negros e da religião africana.

Evento também debate questões polêmicas

Diante de tamanha diversidade de participantes (1.787 delegadas e 700 ouvintes) e propostas (3.887), não faltaram pontos polêmicos. Uma das maiores surpresas do evento foi a aprovação por 26 das 27 unidades da federação da proposta da revisão das leis que descriminalizam e legalizam o aborto. Segundo Clara Charf, tal fato indica que o debate sobre o assunto só começou, e a posição apresentada na conferência refletiu o que muitas mulheres pensam, mas nunca haviam tido a oportunidade de se juntarem para manifestar tal posição. Entretanto, como essa questão ainda não foi debatida nem aprovada pelo Congresso, não será incluída no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. De acordo com a ministra Nilcéa, no entanto, muitas das questões polêmicas servirão para que propostas de leis já existentes no Congresso voltem a ser discutidas e analisadas.

DIREITOS HUMANOS

PT é o maior amigo da criança

Renata Bessi
da reportagem

O PT é o partido que mais tem "prefeituras amigas da criança". No dia 30 de junho, a Fundação Abrinq entregou o selo Prefeito Amigo da Criança a 126 prefeitos que se destacaram por formular e executar políticas públicas voltadas às necessidades da criança e do adolescente. Entre todos, 38 são petistas (30% do total). Das cinco que receberam o prêmio de "município destaque", três pertencem ao PT: Porto Alegre, Goiânia e Santo André (SP).

Proporcionalmente ao número de prefeituras que cada partido administra no país, o PT também dispara na frente: 20% das gestões petistas do país são "amigas da criança", contra apenas 2% das administrações do PSDB e 2% do PFL.

A concessão do selo da Fundação Abrinq é resultado de um processo de acompanhamento e avaliação das gestões municipais que se inscreveram no Programa Prefeito Amigo da Criança no início do mandato, em 2001. O Termo de Compromisso foi assinado por 1.542 municípios. A fundação também sugere que os candidatos a prefeito, ainda durante a campanha eleitoral, assinem uma carta de adesão em que já se comprometem a priorizar a criança e o adolescente caso sejam eleitos.

A avaliação obedeceu a critérios como definição do foco de atuação com vistas à implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente; abrangência do atendimento; e participação da população infanto-juvenil na elaboração e no monitoramento dos programas municipais.

Conheça as 38 prefeituras petistas

Os municípios cujos prefeitos petistas são "amigos da criança" são os seguintes:

Goiânia (GO); Juazeiro e Vitória da Conquista (BA); Icapuí (CE); Imperatriz (MA); Camaragibe (PE); Aracaju (SE); Macapá (AP); Belém (PA); Lagoinha, Poços de Caldas e Varginha (MG); Araraquara, Bebedouro, Campinas, Diadema, Guarulhos, Jacareí, Mauá, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, São Carlos e São Paulo (SP); Londrina, Maringá, Ponta Grossa (PR); Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Santa Bárbara do Sul, Santa Maria e Viamão (RS); Blumenau, Chapecó, Comandante, Criciúma e Rio do Sul (SC).

PORTO ALEGRE

Indicadores sociais refletem priorização

Porto Alegre é uma das cidades brasileiras que mais investem em políticas continuadas voltadas à infância e juventude. Entre 2001 e 2004, os recursos chegaram a R\$ 2,9 bilhões, aplicados nos setores de educação, saúde, assistência social e habitação. Indicadores sociais refletem os efeitos dessas políticas. Cerca de 97% da população acima de dez anos é alfabetizada e a mortalidade infantil é de 15 para cada mil nascimentos.

A conquista do prêmio "município destaque" se deve, entre outros motivos, à integração das secretarias e fundações dedicadas à área social, à existência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



Crianças do projeto Biblioteca Viva, em Porto Alegre

(CMDCA), conselhos tutelares e a uma série de programas educativos e assistenciais. Existem esforços importantes de cooperação entre as secretarias e órgãos e a sociedade civil. "Exemplos são os convênios com

mais de 130 creches comunitárias, que recebem recursos do orçamento municipal para sua manutenção e que, junto com a rede própria, dão conta de 100 mil atendimentos a crianças de zero a seis anos", diz o prefeito, João Verle.

GOIÂNIA

Mortalidade infantil caiu 28%

A Prefeitura de Goiânia, sob a administração do petista Pedro Wilson, destacou-se, entre outros motivos, pela redução em 28% da mortalidade infantil. "Receber o selo pela terceira vez representa a consagração do jeito petista de governar", afirmou o prefeito.

Um dos problemas da cidade era o alto índice de óbitos infantis durante o período neonatal. A prefeitura atacou o problema expandindo o Programa Saúde da Família, que passou a atender maior número de pessoas. De mais de 568 mil atendimentos, entre visitas domiciliares, consultas médicas e de enfermagem realizadas em 2000, a prefeitura passou a atender mais de



O prefeito de Goiânia, Pedro Wilson, durante premiação

1,178 milhão de pessoas.

A prefeitura também vem inovando na construção de um modelo de gestão, otimizando recursos e aumentando a abrangência e a cobertura das políticas. Dentre as ações voltadas à criança e ao adoles-

centes destaca-se o programa FelizCidade, constituído por ações integradas das políticas de educação, saúde e assistência social e demais áreas sociais da prefeitura, além de envolver ONGs, empresas privadas e a comunidade local.

SANTO ANDRÉ

Cidade zera déficit na educação infantil

O município de Santo André (ABC Paulista), com quase 650 mil habitantes, zerou o déficit de vagas na educação infantil. Sob a administração petista de Celso Daniel, morto em 2002, e por João Avamileno, que o substituiu e tentou a reeleição, a cidade reduziu em dois terços o número de jovens que vivem nas ruas.

Outro dado que chamou a atenção da Fundação Abrinq foi que, das 215 mil crianças e jovens até 19 anos que vivem em Santo André, cerca de 210 mil são atendidas nos programas existentes na cidade. Há dez programas voltados especialmente à criança e ao adolescente, que acabam dando proteção integral às famílias de baixa renda.



O prefeito João Avamileno com alunos do ensino municipal

Santo André adotou o modelo de gestão integrada e participativa para estimular as diversas secretarias e órgãos a trabalharem em rede. Creches, entidades assistenciais e ONGs foram convocadas a dar suporte às ações da pre-

feitura. Os conselhos tutelares e de defesa dos direitos da criança e do adolescente garantem a interlocução entre os representantes do governo e da sociedade nas discussões que definem as prioridades do município.

O PT e as crianças

Nilmário Miranda*

No dia 30 de junho, a Fundação Abrinq divulgou a relação dos 126 Prefeitos Amigos da Criança. Foram escolhidos porque fizeram direitinho o dever de casa e aplicaram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus municípios. Eles apoiam o Conselho Tutelar e apoiam-se no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Têm políticas para reduzir a mortalidade infantil e materna, para incluir a todos no ensino fundamental — e investem na educação infantil —, para combater o trabalho infantil e as doenças sexualmente transmissíveis e para garantir o registro civil de nascimento. Têm políticas de prevenção para crianças e adolescentes em situação de risco social (drogadição, atos infracionais, famílias desintegradas, abuso e violência sexual etc). E, ainda, buscam a participação popular na formulação e fiscalização das políticas públicas.

Uma boa notícia para o PT. Nada menos que 38 dos 126 Prefeitos Amigos da Criança são petistas! E mais: dos cinco municípios de maior destaque, três são administrados pelo PT (Porto Alegre, Santo André e Goiânia). Prova incontestável do compromisso social do partido.

Prefeitos Amigos da Criança estão em todos os partidos políticos. Isto mostra que, felizmente, o ECA está saindo do papel. Mas o PT, de longe, é o campeão na aplicação do Estatuto nas administrações municipais.

O PT elegeu 187 prefeitos e tem 38 Prefeitos Amigos da Criança (20%). O PSDB elegeu 990 e tem 21 Prefeitos Amigos da Criança (2%). O PFL elegeu 1029 e tem 13 (1%) e o PMDB elegeu 1257 e tem 13 prefeitos amigos da criança (1%). O PSB aparece bem na lista, com nove prefeitos amigos da criança, o PTB com oito, o PP com sete, o PPS e PDT com seis, o PV com dois, o PCdoB e o PMN com um cada e um sem partido.

Uma consideração importante: nestes 126 municípios temos orçamentos pequenos, médios e grandes; populações pequenas, médias e grandes. São de todas as regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Ou seja, não há desculpas. Todos podem ser um Prefeito Amigo da Criança.

Fiquei muito orgulhoso de meu partido. Mas, sincer-

amente, gostaria muito que todos os 187 administradores municipais do PT fossem escolhidos Prefeitos Amigos da Criança. Sei que muitos outros chegaram perto e investem no social com outros focos (idoso, pessoa com deficiência, mulheres etc).

Nossa Constituição Federal, influenciada por centenas de milhares de petistas que assinaram Emendas Populares, considera, corretamente, crianças e adolescentes prioridade absoluta e prioriza a proteção integral. Portanto, temos que investir o máximo possível, integrando políticas públicas, com participação e controle social, com políticas inclusivas, combatendo o preconceito social, a discriminação e as causas da violência.

Neste período que antecede as eleições municipais, a Fundação Abrinq proporá aos candidatos assinarem um compromisso para priorizar a criança e o adolescente no seu município. Proponho que todos os candidatos do PT ou apoiados pelo PT — assumam compromissos de políticas emancipatórias para as crianças e adolescentes de seu município.

Para ser um Prefeito Amigo da Criança é preciso se comprometer a realizar diagnóstico da situação da infância e adolescência no município.

Elaborar planos de ação com metas e prazos, ter conselhos municipais da criança e do adolescente, implantar sistemas de monitoramento e avaliação, integrar secretarias e diretorias em ações intersectoriais, fortalecer os conselhos tutelares e outros conselhos — da saúde, da assistência, educação etc. Ampliar as relações entre a Prefeitura e a Promotoria da Infância e da Juventude, entidades sociais e ONGs, articulando uma rede municipal de proteção integral à criança e ao adolescente.

Os interessados podem procurar o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em Brasília, ou a Fundação Abrinq, em São Paulo. Ser um Prefeito Amigo da Criança é expressar o compromisso com o presente do Brasil para que possamos construir um futuro melhor para todos.

* ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ENTREVISTA

Candidatos devem se comprometer, diz ministro

Qual o papel da prefeitura na vida da criança e do adolescente?

Cabe às prefeituras criar políticas preventivas e alternativas para delitos, implantar um bom ensino infantil, aumentar a permanência do aluno na escola, ter políticas de saúde e prevenção de doenças, dar acesso a esporte, lazer, entretenimento e cultura. Aliás, agora é hora de os candidatos traçarem, em seus pla-

nos de governo, uma política para a criança e o adolescente. Não vale prefeito dizer, em campanha, "criança é o futuro do Brasil". Vai ser futuro se tiver um presente; se houver, de fato, uma prioridade de políticas públicas em cada município.

Também não vale prefeito dizer que não pode fazer porque o orçamento é pequeno. Dezenas e dezenas já provaram que é possível.

E quais os avanços patrocinados pelo governo Lula nesta área?

O presidente Lula assinou, durante sua campanha, o compromisso de Presidente Amigo da Criança. Eleito, me encarregou de iniciar um trabalho de co-



Nilmário Miranda

laboração interministerial, e nós fizemos um projeto para o PPA (Plano Plurianual), para os quatro anos, com quatro eixos voltados à criança e ao adolescente: saúde, educação, combate à exploração e violência e controle de Aids. Estabelece-

mos 16 desafios e 200 programas de ações para quatro anos, num total de R\$ 56 bilhões. Até 2006, vamos ter conselhos tutelares em 80% dos municípios do país. Hoje, há 3.700, mas muitos são inativos ou isolados. Fizemos um acordo com o Banco do Brasil, que está doando 5.000 computadores para que praticamente todos os municípios do país tenham acesso ao Sipiá (Sistema Informativo de Pro-

teção da Infância e Adolescência).

O programa ensina ao conselheiro como enfrentar a exploração sexual, como trabalhar com o trabalho infantil. Esta ação é de grande importância, uma vez que o conselho tutelar é responsável por localizar a criança em situação de abandono, violência, exploração, e conduzir até a rede de proteção aos direitos e a rede de proteção social.